

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: R\$ 5	2
Título: Ministro venezuelano garante envio de energia a Roraima e pede ajuda ao Brasil	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Petrobras aumenta preço da gasolina nas refinarias	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	6
Título: Fachin dá 15 dias para PGR decidir se denuncia Temer	7
VEÍCULO: Correio Braziliense	8
Título: Petrobras eleva preço da gasolina nas refinarias	8
VEÍCULO: Valor Econômico	9
Título: Subsídios de fontes renováveis	9
Título: Um problema para resolver antes da posse	12
Título: Novo fundo pode receber P&D do setor de energia	14
Título: Adiamento de leilão leva cessão onerosa à agenda do terceiro presidente	17
Título: Destaques	18
Título: CCEE aponta déficit para mercado livre	19
Título: Malaia Petronas mira rentabilidade em lubrificantes com nova unidade em MG	21
Título: Maior parte dos candidatos à Presidência ignora RenovaBio	23
Título: Vendas recorde de etanol	25
Título: Aparente descaso com o programa preocupa setor sucroenergético	26

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/09/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: R\$ 5**

Com o litro da gasolina na casa dos R\$ 5, o consultor Adriano Pires não enxerga queda do preço do combustível a curto prazo:

— Estamos sendo atingidos por dois furacões. A temporada de furacões do Atlântico Norte costuma pressionar o preço do petróleo; já o nosso furacão eleitoral pressiona o preço do dólar, com consequências no setor.

VEÍCULO: O Globo**Data: 13/09/2018****Seção: Mundo****Autor: Vinicius Sassine****Título: Ministro venezuelano garante envio de energia a Roraima e pede ajuda ao Brasil**

Encontro secreto

Em viagem secreta à cidade venezuelana de Puerto Ordáz, o ministro brasileiro da Defesa, general Joaquim Silva e Luna, pediu ao seu homólogo venezuelano, general Vladimir Padrino, a continuidade do fornecimento de energia elétrica a Roraima, e escutou do representante do país vizinho um pedido de ajuda diante da crise humanitária que nos últimos três anos expulsou 1,6 milhão de venezuelanos, segundo a ONU.

Os dois ministros se reuniram ontem numa agenda mantida em segredo até a realização do encontro. Em entrevista ao GLOBO, Luna disse que procurou “esconder” a viagem como estratégia de reaproximação entre Brasil e Venezuela, estremecidos diplomaticamente desde dezembro do ano passado. —Eu procurei esconder. Foi estratégia minha, mesmo. Eu não sabia como ia ser essa recepção. As relações diplomáticas com a Venezuela estão rompidas.

Nosso embaixador foi expulso. Estamos há dez meses sem ter contato com a Venezuela. É o primeiro representante do governo que vai ao país desde o rompimento — afirmou o ministro da Defesa. O governo de Nicolás Maduro nunca reconheceu a legitimidade do governo de Michel Temer.

Maduro considera o impeachment de Dilma Rousseff um golpe orquestrado por Temer. No fim de dezembro, Caracas anunciou que o embaixador brasileiro no país era “persona non grata”, o que significava uma expulsão.

Em resposta, o governo brasileiro decidiu, três dias depois, expulsar o encarregado de negócios da Venezuela em Brasília, principal diplomata de Caracas no país.

EMBARGO IMPEDE PAGAMENTO

A crise migratória, com milhares de venezuelanos entrando no Brasil por Roraima, inclusive com cenas explícitas de xenofobia na fronteira, obrigou os dois países a estabelecerem um mínimo de diálogo. Além disso, uma questão energética atravessou o caminho: a Venezuela ameaçou cortar o fornecimento de energia para Roraima, único estado que não está ligado ao sistema energético nacional.

O governo brasileiro não paga uma parcela de US\$ 33 milhões, prevista num contrato que vigora desde 2001 entre a Eletronorte e a venezuelana Corpoelec. Brasília alega que o pagamento não é feito em razão das sanções econômicas dos Estados Unidos contra a Venezuela, que impedem um depósito em dólar.

Temer avalizou a ida à Venezuela, segundo o ministro, que se encontrou com o presidente e com o ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes, para tratar do assunto. — Ele (general Padrino) ofereceu que fosse em Caracas ou em Puerto Ordáz, que é no meio do caminho. Eu preferi Puerto Ordaz, pois evitaria exposição midiática lá.

A recepção foi muito calorosa. Parecia um velho amigo que não encontrava há muito tempo. Nunca tinha tido contato com ele — afirmou Luna. O ministro da Defesa diz ter ouvido de seu par venezuelano que não haverá corte na energia fornecida a Roraima: — Eles garantiram que não vai ter corte nenhum.

Eles sabem que não conseguimos fazer o pagamento por conta do embargo econômico. Até brincou: “Não vai ter corte de energia e nunca vai ter corte nas nossas relações. Não é por causa disso que a Venezuela vai interromper o fornecimento de energia”. Ainda conforme o general, o ministro venezuelano reconheceu a “diáspora” decorrente da crise econômica no país e se mostrou

aberto à ajuda dos países vizinhos: —Eles precisam de ajuda. O país está passando fome.

A diáspora deles tem a ver com embargo econômico que foi colocado lá dentro. “Eu quero trazer o meu pessoal de volta, não tenho meios de fazer”, ele medisse. Eu perguntei: “Você aceita ajuda?” Ele aceita tudo. O ministro da Defesa venezuelano relatou que o governo Maduro tenta colocar em prática um programa para trazer de volta os emigrantes que deixaram o país.

Segundo o ministro brasileiro, os relatos e pedidos de ajuda serão levados ao Itamaraty. —Ele disse que não há histórico de saída de migrantes para o Brasil por causa da dificuldade das fronteiras. Isso aconteceu por problema econômico, mesmo. Não há condições econômicas para segurar o pessoal lá. Não há emprego, não há trabalho —disse Luna.

ALOYSIO: RELAÇÕES FIRMES

Até agora, em suas declarações públicas, as autoridades venezuelanas negavam a existência de uma crise humanitária no país. Maduro e vários ministros chamaram o êxodo de “fake news” e chegaram a sugerir que as imagens de milhares de venezuelanos cruzando fronteiras foram encenadas pela Colômbia.

O ministro das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, negou ontem que o Brasil tenha rompido relações diplomáticas com a Venezuela, e lembrou que partiu de Maduro a posição de não reconhecer o governo Temer. Ele reforçou que os países continuam tendo relações, e que o Brasil mantém uma embaixada e três consulados na Venezuela.

Apesar da tensão provocada pela chegada de imigrantes a Roraima, o Brasil não é o país que mais recebeu venezuelanos no período recente. Segundo o governo federal, entre 2017 e 2018, 127.778 imigrantes entraram no Brasil pela fronteira terrestre. Desse total, porém, 68.968 foram para outros países. Os números divulgados na semana passada pelo IBGE, no entanto, são menores: 30,8 mil venezuelanos estariam vivendo aqui.

Enquanto isso, a Colômbia abriga atualmente cerca de 870 mil venezuelanos, enquanto o Peru, 400 mil, e o Equador, cerca de 110 mil. A economia venezuelana, dependente do petróleo, está em queda livre desde 2014, quando os preços do produto caíram. O Fundo Monetário Internacional estimou que a inflação no país este ano chegará a 1.000.000%, enquanto o PIB cairá 15%.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data: 13/09/2018****Seção: Mercado****Autor: Nicola Pamplona****Título: Petrobras aumenta preço da gasolina nas refinarias**

Rio de Janeiro- Após uma semana de represamento, a Petrobras subirá o preço da gasolina em suas refinarias nesta quinta (13). O reajuste será de 1%, ou R\$ 0,02, para R\$ 2,294 por litro.

Desde o dia 18 de julho, quando se iniciou o ciclo de alta atual, o preço da gasolina vendida pela estatal acumula aumento de 13,8%.

Se for considerado o momento em que a estatal adotou a nova política de preços, o reajuste é ainda maior.

Com mais essa nova alta, os preços da gasolina nas refinarias da Petrobras acumulam agora alta de 61,10% e estão em nível recorde desde que a companhia passou a adotar sua atual política de reajustes até diários das cotações, em meados do ano passado.

A alta nas refinarias vem pressionando os preços nas bombas, que subiram em média 1,77% na semana passada, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Bio-combustíveis), para R\$ 4,525 por litro.

Nesse levantamento semana da agência, a marca histórica para o valor da gasolina na bomba foi verificada em junho deste ano, na esteira da paralisação dos caminhoneiros, quando bateu uma média histórica, a 4,614 reais por litro.

A pesquisa desta semana só será divulgada na sexta-feira (14), no entanto, acompanhamento feito pela reportagem da Folha identificou que em São Paulo e em pelo menos outros 12 estados já é possível encontrar gasolina acima de R\$ 5 por litro.

Os aumentos são pressionados pela elevação das cotações internacionais e pela desvalorização cambial no Brasil.

Nesta terça (11), o petróleo negociado em Londres subiu 2,18% com preocupação de investidores sobre a chegada do furacão Florence aos Estados Unidos.

Por uma semana, desde a última quarta (5), a Petrobras manteve o preço da gasolina em R\$ 2,2069 Por litro.

Na quinta (6), a empresa anunciou uma mudança em sua política de preços, incluindo a permissão para segurar reajustes por até 15 dias em caso de pressão altista provocada por fatores externos, como desastres naturais ou desvalorização cambial acentuada.

Nos períodos de represamento, a estatal diz que evitará prejuízos por meio de um mecanismo de proteção financeira, conhecido como hedge, que prevê a negociação de contratos futuros de gasolina e dólar.

Já o preço do diesel da Petrobras segue com o preço congelado em 2,2964 reais por litro, graças ao programa de subvenção do governo federal ao combustível, anunciado após a greve de caminhoneiros em maio — deflagrada justamente por questionar

O programa de subsídio está em vigor até o final deste ano.

Com o fim do programa, a política de hedge divulgada especificamente para o caso da gasolina poderá eventualmente ser adotada pelas refinarias. Petrobras também para o diesel, segundo o presidente da companhia, Ivan Monteiro.

De acordo com o executivo, ainda não há uma decisão sobre o tema, que será avaliado internamente.

Segundo dados oficiais do governo, desde o início do programa de subsídios, as importações de diesel pelo Brasil caíram 42%. O dado leva em consideração o período de junho até o mês passado, ante igual período do ano anterior.

A queda reforça a posição dos importadores, que disseram estar reduzindo as atividades por causa da subvenção ao diesel. Também mostra como a Petrobras está sendo chamada a participar mais do mercado, seja com produção própria ou importações.

Com Reuters

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 13/09/2018

Seção: Política**Autor: Rafael Moraes Moura Amanda Pupo / BRASÍLIA****Título: Fachin dá 15 dias para PGR decidir se denuncia Temer**

Decisão foi no inquérito que apura se presidente e aliados receberam propina para beneficiar a Odebrecht na Secretaria de Aviação Civil

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu um prazo de 15 dias para a procuradora-geral da República (PGR), Raquel Dodge, decidir se apresenta ou não denúncia contra o presidente Michel Temer e os ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e **Moreira Franco (Minas e Energia)**.

A decisão de Fachin foi tomada no âmbito de um inquérito no qual delatores da Odebrecht apontam que integrantes do grupo político liderado por Temer, Padilha e Moreira teriam recebido recursos ilícitos como contrapartida ao atendimento de interesses da empreiteira pela Secretaria de Aviação Civil – pasta comandada pelos dois ministros entre 2013 e 2015. Temer foi denunciado duas vezes pelo ex-procurador-geral Rodrigo Janot – uma por corrupção e outra por obstrução da Justiça e organização criminosa –, mas os casos foram barrados pela Câmara em 2017 (mais informações nesta página).

No relatório final do inquérito que apura suspeita de propinas de R\$ 14 milhões da Odebrecht para a cúpula do MDB, a Polícia Federal concluiu pela existência de indícios de que o presidente, Padilha e Moreira cometeram os crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O caso está relacionado com o jantar no Palácio do Jaburu, em 2014, que foi detalhado nos acordos de colaboração premiada da Odebrecht. Então vice-presidente da República, Temer teria participado do encontro em que os valores foram solicitados. No caso do presidente, a PF mapeou a entrega de R\$ 1,4 milhão para João Baptista Lima Filho, o coronel Lima, amigo do emedebista.

Para sustentar a tese, a PF ouviu o doleiro Alvaro Novis, responsável pelas entregas, e anexou conversa de telefone em que Lima aparece em ligação para a empresa de Novis em dois dias da entrega dos valores. “Tendo em vista que foi acostado aos autos o relatório conclusivo da autoridade policial, dê-se vista dos autos à Procuradoria-Geral da República, para que se manifeste no prazo de 15 dias”, determinou Fachin.

Na semana passada, quando o relatório da PF foi concluído, o Palácio do Planalto afirmou que a conclusão do inquérito “é um atentado à lógica e à cronologia dos fatos”. “A investigação se mostra a mais absoluta perseguição ao

presidente, ofendendo aos princípios mais elementares da conexão entre causa e efeito”, diz nota do Planalto. Padilha não comentou.

Moreira Franco disse que não solicitou valores à Odebrecht e que “as conclusões da autoridade policial se baseiam em investigação marcada pela inconsistência”.

Eleitoral.

Raquel Dodge também terá até o final da próxima semana para decidir se entra com recurso no Tribunal Superior Eleitoral para pedir a cassação de Temer.

O acórdão do julgamento da chapa de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer foi publicado ontem. Em junho de 2017, o TSE, por 4 a 3, rejeitou a cassação da chapa. Com a publicação do acórdão, será aberto prazo para o PSDB, autor da ação, decidir se recorre ou não, mas o partido não deve recorrer. No tribunal, a avaliação é a de que as chances de reviravolta são mínimas. A PGR disse que “não antecipa atuação” em processos.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 13/09/2018

Seção: Economia

Autor: Andressa Paulino/Marília Sena

Título: Petrobras eleva preço da gasolina nas refinarias

A Petrobras anunciou um novo aumento de 1,01% no valor do combustível. Dessa forma, a gasolina passa a custar R\$ 2,2294 nas refinarias, ante ao R\$ 2,2069 da semana anterior. O reajuste leva o combustível a uma nova máxima histórica, desde que a estatal começou a divulgar o preço médio diariamente no site, em 19 de fevereiro. Já o valor do diesel continua inalterado desde o fim de agosto, quando a estatal anunciou alta média de 13,03%.

O aumento, no entanto, ainda não chegou às bombas e o consumidor do Distrito Federal pode aproveitar enquanto a conta não chega. De acordo com o levantamento realizado pelo Correio, entre terça-feira e ontem, o valor da gasolina diminuiu cerca de 0,42%. O preço médio do combustível no DF é de R\$ 4,66, mas é possível encontrar estabelecimentos vendendo o combustível a R\$ 4,54.

Para o taxista Gesiel Gomes, 56 anos, as mudanças contínuas de preço são um “absurdo”. Com o gasto mensal em torno de R\$ 1,2 mil com o combustível, ele afirma que o custo está afetando sua rotina e orçamento. “Eu gasto um tempo

considerável fazendo rondas em busca de um local de venda mais barato. Isso me prejudica, já que perco o tempo que eu poderia estar trabalhando e gasto gasolina atrás de um estabelecimento mais em conta”, contou.

Segundo o economista sênior da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo (CNC) Fábio Bentes, a despesa com combustível chega a ter mais impacto na renda das famílias do que gastos com energia elétrica e plano de saúde. “Nós temos uma inflação geral em torno de 4,1%, no entanto, a do combustível chega a 9%. De 360 itens avaliados no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), a gasolina tem um peso isolado de 4,6% no levantamento. É muita coisa”, informou.

E além de ter um peso importante na renda das famílias, a alta dos combustíveis também impacta o preço de uma série de produtos e serviços. “Com a greve dos caminhoneiros, conseguimos perceber que a maioria dos produtos são remanejados por transporte terrestre. Então, quando o combustível aumenta, o valor do frete também sobe, consequentemente o valor do produto vai aumentar”, afirmou.

Luciano Nakabashi, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto, destaca que fatores externos também influenciam o valor do combustível no país. Ele explicou que o preço da gasolina é definido por dois fatores internacionais: o valor do barril de petróleo e a cotação cambial. “O real está muito desvalorizado e o barril de petróleo tem aumentado bastante nos últimos meses”, explicou.

Segundo o educador financeiro Reinaldo Domingos existem algumas alternativas para o consumidor que deseja gastar menos com o combustível. De acordo com ele, é preciso fazer uma análise e identificar opções mais econômicas, como caminhadas, uso alternado do veículo e até mesmo caronas familiares. “É preciso colocar na ponta do lápis o quanto o uso do carro vai impactar no consumo da família e procurar meios de tornar a conta mais barata no fim do mês”, destacou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires e Elbia Gannoum

Título: Subsídios de fontes renováveis

Quem trabalha no setor elétrico sabe que uma de suas principais características é a complexidade. Saber navegar por essa grande rede de dados, leis, decretos,

regulações, empresas, instituições, associações, órgãos governamentais, instituições financeiras e interesses de diversas fontes, tendo a responsabilidade de garantir a segurança energética e a modicidade tarifária, é um aprendizado infundável e uma exigência para fazer boas análises e tomar decisões com a devida racionalidade econômica.

Apenas com um entendimento abrangente desta gigantesca teia setorial, portanto, é possível entender o que, a princípio, poderia parecer um contrassenso: discutir o fim dos subsídios para as fontes renováveis incentivadas, no caso eólica, solar, biomassa e PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas), como forma de entrar num novo momento de maturidade e que possibilite um crescimento ainda maior destas fontes.

Em primeiro lugar, é preciso separar o joio do trigo. Estamos falando dos subsídios: benefícios para determinado grupo de agentes do setor elétrico que são pagos pelos consumidores. No linguajar do setor elétrico, esses subsídios estão incluídos nos encargos setoriais. É importante fazer essa distinção porque empresas do setor elétrico, assim como as de outros setores, têm isenções tributárias específicas e não é disto que estamos tratando aqui.

As subvenções para fontes incentivadas - no caso o desconto de 50% das tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição (TUST e TUSD) - tiveram um papel importante no crescimento da participação destas fontes na matriz de energia e ainda têm um peso considerável. A lei, no entanto, já tem mais de 20 anos e muita coisa mudou no Brasil e no mundo. Além disso, não há previsão para o fim desses subsídios. A evolução tecnológica, com impactos já significativos sobre a competitividade de diversas classes de equipamentos, pede este debate.

Acreditamos que a retirada dos descontos da TUSD e da TUST é possível desde que seja feita de forma igualitária entre todas as fontes renováveis incentivadas. O primeiro passo seria promover discussões envolvendo empresas, consumidores, agentes setoriais e poder público num diálogo transparente e, claro, com uma fase de transição. Outro passo que precisa ser seguido é que sejam estabelecidos legalmente, como política de Estado, mecanismos de valorização dos atributos ambientais das fontes incentivadas. Tais atributos são fundamentais para manutenção da competitividade frente às demais fontes de energia.

No decorrer desse processo, é fundamental fazer uma análise profunda e transparente dos reais impactos da retirada de tais subvenções. Como afirmamos no início deste artigo, o setor elétrico é conhecido por sua complexidade e muitas vezes podemos escorregar em ideias aparentemente lógicas. Nesse sentido, retirar os subsídios pode, num raciocínio inicial e lógico, significar uma tarifa mais

barata para o consumidor, mas é necessário fazer estudos minuciosos sobre o impacto da competitividade dessas energias renováveis em relação às tradicionais. Decisões repentinas podem acabar sendo um tiro no pé.

No mercado livre, por exemplo, as renováveis não convencionais, chamadas de incentivadas, cresceram exponencialmente nos últimos cinco anos, graças ao desconto na TUSD/TUST. Atualmente, 85% dos consumidores livres estão na categoria de consumidor especial que só podem consumir energia incentivada e tomaram essa decisão considerando o equilíbrio entre preço e desconto. Ter uma ideia mais clara sobre o impacto da retirada destes descontos neste importante ambiente de contratação é primordial para o futuro dessas fontes, uma vez que o mercado livre vai crescer, impulsionado por novas legislações e com isso tomando cada vez mais espaço do ambiente de contratação regulada atendido pelas distribuidoras.

Outro ponto importante a ser analisado é o quanto, de fato, os descontos impactaram no crescimento das tarifas de energia elétrica. Não se deve considerar apenas os índices de inflação, mas também todos os acionamentos de bandeira vermelha devido ao baixo volume dos reservatórios das hidrelétricas e necessidade de acionamento de térmicas. Neste caso, por exemplo, se não fossem especialmente as eólicas, que chegam a abastecer mais de 70% do Nordeste exatamente na época de baixa hidrologia, o acionamento de térmicas teria sido ainda mais intenso, com contas mais altas para os consumidores. Neste tema, vale pontuar que ainda que a retirada do desconto da TUST e TUSD possa significar queda de tarifa para o consumidor, só com uma reforma setorial ampla poderemos ver uma mudança consistente com redução significativa para o consumidor.

Como se nota, ainda há pontos que precisam ser mais bem estudados e esclarecidos, mas isso não deve ser impedimento para se engajar na discussão sobre a retirada dos subsídios para as fontes renováveis incentivadas. É fundamental que este debate aconteça sem receios, em particular por parte dos que defendem as renováveis incentivadas. Considerando o avanço das novas tecnologias que provocaram uma redução no preço e consequentemente uma maior competitividade de tais fontes, a retirada dos subsídios, de forma igualitária para todas as renováveis, poderá representar uma nova fase de amadurecimento destes setores. Este debate também é importante porque pode mostrar a necessidade de diferentes incentivos para, por exemplo, a geração distribuída.

As novas renováveis, especialmente eólica e solar, são o símbolo de um futuro de novas tecnologias disruptivas e de um mundo de evoluções rápidas e constantes. Uma das características de empresas e setores que desejam sobreviver neste futuro é saber discutir mudanças, analisando suas implicações e desafios. É

chegado, portanto, o momento de olhar para os subsídios das fontes renováveis incentivadas e entender se eles continuam ou não a fazer sentido. É um debate necessário em nome do futuro, do consumidor, da maturidade destas fontes. É, além de tudo, um debate fundamental para que estas fontes de energia continuem a crescer cada vez mais.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE)

Elbia Gannoum é presidente da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica).

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Ribamar Oliveira

Título: Um problema para resolver antes da posse

O futuro presidente da República talvez tenha que pedir um favor ao presidente Michel Temer. O atual subsídio do Tesouro à comercialização interna do óleo diesel, que colocou um fim à greve dos caminhoneiros, só dura até 31 de dezembro. Se a ideia do próximo governante do país for manter o benefício em 2019, uma alternativa seria ele pedir a Temer que edite uma medida provisória, antes da posse, prorrogando o subsídio.

Talvez esta venha a ser uma das primeiras contradições do novo mandatário. Quase todos os candidatos à Presidência da República defendem a redução dos benefícios fiscais, como forma de ajustar as deficitárias contas da União. Temer advoga a mesma tese e, durante os seus dois anos de mandato, reduziu bastante as despesas com os subsídios. Mas, diante da paralisação do país pelos caminhoneiros, não pensou duas vezes: cedeu e aceitou conceder um subsídio ao óleo diesel no valor de R\$ 9,5 bilhões.

Assim, mesmo sendo favorável à redução dos subsídios, o novo presidente talvez tenha que começar o seu governo pedindo ajuda para adotar uma medida que vai em sentido contrário ao seu receituário para o país. A medida provisória terá que ser baixada em novembro ou dezembro para que o benefício esteja em vigor em janeiro, evitando a elevação do preço do diesel e outra paralisação de caminhoneiros no primeiro mês do novo governo.

Subsídio ao diesel só vale até o dia 31 de dezembro deste ano

Algumas questões precisam ser avaliadas. Uma delas é saber quanto vai custar a prorrogação do subsídio. Atualmente, o Tesouro banca até R\$ 0,30 por litro de diesel e o custo estimado é de até R\$ 9,5 bilhões porque o benefício começou em junho. Se a prorrogação desta subvenção econômica for valer para todo o próximo ano, o custo certamente será bem maior, podendo ser o dobro deste ano, em torno de R\$ 19 bilhões.

Outra questão é saber como a despesa será incluída no Orçamento da União de 2019. Neste ano, Temer usou um subterfúgio e criou o subsídio por meio de um crédito extraordinário ao Orçamento. Desta forma, a despesa ficou fora do teto de gastos, instituído pela emenda constitucional 95/2016.

Para a prorrogação, Temer não pode abrir um crédito extraordinário ao Orçamento de 2019, que ainda não existe. Terá que incluir a despesa na proposta orçamentária do próximo ano, que está sendo discutida no Congresso, por meio de uma mensagem modificativa. Para fazer isso, o presidente enfrentará uma dificuldade.

Ele terá que propor corte nas despesas da proposta orçamentária em valor equivalente ao montante do subsídio ao diesel que será pago em 2019. Isso porque as despesas que constam da proposta já estão no limite permitido pela emenda constitucional 95.

A saída talvez seja Temer prorrogar o benefício aos caminhoneiros por apenas um ou dois meses. Neste caso, a despesa não será tão grande e poderá ser acomodada no teto, com pequenos ajustes em outros gastos discricionários (investimentos e custeio da máquina pública). Depois, o novo presidente poderá editar medida provisória de crédito extraordinário prorrogando o subsídio por um período mais longo, se assim achar necessário. Com isso, a nova despesa ficará fora do teto.

A prorrogação do subsídio talvez seja politicamente inevitável, pois a atual equipe econômica não prevê alívio para a cotação internacional do petróleo. A proposta orçamentária para 2019 foi elaborada com a previsão de que o preço médio do petróleo ficará em US\$ 74 por barril, a mesma cotação prevista para este ano, o que revela, até mesmo, um certo otimismo.

O preço interno do diesel depende também da cotação do real frente ao dólar. A proposta orçamentária prevê uma taxa de câmbio média de R\$ 3,62 por dólar em 2019. A projeção pode ser demasiadamente otimista, caso o próximo presidente da República não adote as medidas necessárias para o ajuste das contas públicas. Se, ao contrário, o compromisso dele for com reformas que reduzam o crescimento das despesas obrigatórias, é possível uma valorização do real frente ao dólar, aliviando, assim, o preço interno dos combustíveis.

Se, por razões relacionadas com os destemperos cometidos durante a campanha eleitoral, Temer não quiser fazer o favor ao presidente eleito em outubro, o novo mandatário poderá editar uma medida provisória no dia primeiro de janeiro de 2019, prorrogando o subsídio pelo tempo que achar necessário. Neste caso, toda a nova despesa seria criada por crédito extraordinário e não entraria no teto de gastos do próximo ano.

Para evitar tumulto e intranquilidade dos caminhoneiros, o novo presidente poderá anunciar, antecipadamente, que, no mesmo dia da posse, adotará a medida. Como há um prazo entre a entrega das informações pelos beneficiários e o pagamento da subvenção econômica, não haverá interrupção no fluxo de recursos. Ou seja, em janeiro, o governo ainda estará quitando a subvenção relativa a dezembro, que foi deixada como restos a pagar.

O governo projetou, na proposta orçamentária de 2019, uma insuficiência de recursos de R\$ 258,2 bilhões para cumprir a chamada "regra de ouro" das finanças públicas, que proíbe a União de realizar operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital (investimentos, inversões financeiras e amortizações da dívida). Isto significa que o governo projeta ser necessário obter no mercado R\$ 258,2 bilhões para cobrir despesas correntes primárias da União, infringindo a "regra de ouro".

A conta está, no entanto, superestimada. A razão disso é que, no cálculo, o governo não considerou o resultado positivo de R\$ 165,9 bilhões do Banco Central no primeiro semestre deste ano. Deste total, apenas cerca de R\$ 40 bilhões serão utilizados para cumprir a regra de ouro deste ano, de acordo com fontes oficiais, ficando o restante depositado na conta única do Tesouro para ser usado em 2019.

No seu cálculo do "buraco" da "regra de ouro", o governo utilizou um resultado positivo do BC de apenas R\$ 26,4 bilhões, que espera ser obtido no próximo ano. Portanto, o "buraco" será menor.

Ribamar Oliveira é repórter especial e escreve às quintas-feiras

E-mail: ribamar.oliveira@valor.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner | De Brasília

Título: Novo fundo pode receber P&D do setor de energia

As empresas do setor de óleo e gás e também de energia elétrica poderão cumprir suas obrigações de investimento em pesquisa e desenvolvimento (P&D), previstas em lei ou contratos de concessão, por meio de aportes nos chamados fundos patrimoniais, modalidade criada pela medida provisória 851, editada nesta semana pelo governo federal.

"Se [a empresa] for aplicar em projetos de pesquisa e desenvolvimento, por obrigação legal, ele pode fazer tanto diretamente ou por meio de um fundo, desde que ele confie na governança", disse o ministro do Planejamento, Esteves Colnago.

"Vou unir o útil ao agradável. Quero investir em um projeto, gosto daquele fundo patrimonial, mas também vou cumprir a obrigação que tenho", acrescentou, explicando ainda que a possibilidade não se aplica para benefícios tributários, como no caso do programa Rota 2030.

O Planejamento calcula que os fundos patrimoniais vão receber R\$ 1,4 bilhão ao ano se todas as obrigações de investimento em pesquisa e desenvolvimento por parte dos setores de energia elétrica e óleo e gás forem direcionadas para eles.

No caso do setor de petróleo, o secretário de planejamento e assuntos econômicos da pasta, Júlio Alexandre, informou que essas obrigações de investimento em pesquisa e desenvolvimento estão previstas nos contratos de concessões. No caso de energia elétrica, explicou, isso está previsto na Lei 9.991.

Ainda não está claro, porém, em que momento a aplicação dos recursos em fundos patrimoniais será considerada para efeito de cumprimento dessas obrigações: na hora do aporte ou quando o fundo começar na prática alguma pesquisa. "Isso deve ser definido pelas agências reguladoras", disse Colnago.

Ele também destacou que os benefícios fiscais gerados pela lei Rouanet (de incentivo à cultura) também se aplicarão no caso de recursos destinados a fundos patrimoniais que investirem em projetos que tenham direito a esse benefício. A Lei Rouanet mobiliza recursos de cerca de R\$ 1,5 bilhão por ano, segundo o Planejamento.

"Somando esses três mecanismos, temos quase R\$ 3 bilhões de potencial por ano. É um valor considerável", explicou Colnago.

O ministro destacou que os fundos patrimoniais ajudarão a reforçar a parceria entre os setores público e privado e viabilizar iniciativas que têm sido prejudicadas pelas restrições orçamentárias ou legais do setor público.

A medida foi adotada na esteira do incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio, mas tem um alcance muito maior, porque permite arranjos em diversas áreas. Colnago lembra que esse tipo de instrumento é muito frequente em países avançados, com destaque para os EUA.

Hoje, se alguém quiser patrocinar uma reforma, ampliação ou construção de espaço novo em uma universidade pública, a doação fica amarrada dentro do orçamento dela e sujeita também a regras como a lei de licitações. Se for feita por um fundo patrimonial, a partir da assinatura de um contrato de doação, essas amarras são retiradas.

O mesmo raciocínio pode se aplicar para outras áreas, como saúde, na qual um fundo patrimonial pode patrocinar uma pesquisa em determinada área. As possibilidades de arranjo são grandes, e Colnago destaca que a MP garante que tudo seja feito com transparência e elevado grau de controle.

A iniciativa da MP 851, de acordo com o ministro, deve ser vista dentro de um contexto de uma série de medidas que estão sendo tomadas para que se tenha uma gestão pública mais "leve e eficiente", como a centralização de compras de material de uso do governo, painel de custeio e obras públicas, centralização da folha de pagamentos de aposentados e pensionistas no Ministério do Planejamento (e não mais em cada unidade) e a regulamentação do teletrabalho (trabalho remoto).

"Queremos uma gestão muito mais próxima da iniciativa privada, com muito mais transparência e participação do setor privado na gestão", disse, explicando que, das empresas públicas, somente estatais não dependentes, como o Banco do Brasil e a Petrobras poderão fazer doações para esse tipo de fundo.

A MP estabelece três modalidades de doação para os fundos: permanente não restrita (que só permite o uso dos rendimentos), permanente restrita de propósito específico (também só usa rendimentos, mas só pode aplicar em projetos previamente definidos) e doação de propósito específico (que poderá usar parte do principal doado, normalmente 20%).

Os fundos que contarem com patrimônio superior a R\$ 20 milhões precisarão ter conselhos de administração e fiscal, comitê de investimentos e auditoria independente. Além disso, empresas e pessoas físicas cujas doações representarem mais de 10% do fundo terão assento nas reuniões deliberativas do conselho de administração, mas sem direito a voto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Brasil**Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Adiamento de leilão leva cessão onerosa à agenda do terceiro presidente**

Ao descartar a possibilidade de realizar o leilão dos volumes excedentes da cessão onerosa, neste ano, o governo admitiu a derrota política na tentativa de fechar, antes da sucessão presidencial, o acerto de contas entre União e Petrobras sobre a revisão do contrato da cessão. O desfecho da novela, que já passou pelas equipes de Dilma Rousseff e Michel Temer, ficará para o próximo presidente, o terceiro a ter de lidar com o assunto.

Entre os agentes do setor, a licitação era encarada com expectativa e desconfiança, já que o cronograma sempre se mostrou apertado. O contrato da cessão autorizou a petroleira a produzir 5 bilhões de barris no pré-sal, como parte do processo de aumento da fatia da União no capital da estatal, em 2010, e previa a revisão das condições contratuais após a declaração de comercialidade dos campos envolvidos.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix, já sinalizou que a Petrobras, credora da União na renegociação do contrato, será ressarcida em dinheiro, com parte da arrecadação do leilão dos excedentes (volumes descobertos nas áreas da cessão que ultrapassam os barris que a Petrobras tem o direito de produzir). Ou seja, mesmo que as duas partes cheguem a um acordo neste ano, o desfecho dependerá dos recursos a serem levantados com a rodada.

O MME tratou logo de enviar as minutas do edital e do contrato da licitação ao Tribunal de Contas da União (TCU). O governo se esforça para deixar tudo encaminhado para que o leilão seja realizado no primeiro semestre de 2019.

Todo esse esforço, porém, não elimina o risco político que paira sobre a revisão do contrato. A mudança no comando do país pode significar mudanças no próprio modelo de acerto de contas. No governo de Dilma, por exemplo, a solução encontrada foi transferir os excedentes diretamente à Petrobras - a proposta, contudo, foi barrada pela TCU.

Entre os cinco candidatos à presidente mais bem colocados nas pesquisas de opinião, ao menos dois - **Ciro Gomes (PDT)** e **Fernando Haddad (PT)** - pregam discursos estatizantes. **Ciro** já chegou a dizer que, se eleito, revogará, com as devidas indenizações, os leilões recentes do pré-sal.

"Acreditamos que o caso de investimento da Petrobras é sólido, com valor atrativo frente aos seus pares, mas a principal dúvida em nosso cenário é em relação à continuidade, diante do potencial de mudança de opinião do acionista majoritário após as eleições de 2018", citou um relatório do UBS.

Diretor da colombiana Ecopetrol no Brasil, João Clark Filho, por sua vez, não espera "grandes retrocessos" na condução do assunto em 2019. Ele destacou que o leilão dos excedentes será uma fonte importante de atração de investimentos no médio prazo, para o novo presidente.

"Qualquer que seja o governo, o país precisará de investimentos e o setor que pode trazer esse investimento é o de óleo e gás. Considerando que os excedentes são volumes já descobertos, são investimentos praticamente imediatos", afirmou.

De acordo com Clark, a postergação do leilão não pega o setor de surpresa. Já o diretor de pesquisa da Wood Mackenzie para a América Latina, Horacio Cuenca, afirmou que o planejamento do leilão vinha sendo acompanhado com "muita expectativa" pelas petroleiras e que nos últimos meses o setor já vinha duvidando do cronograma. Ele destaca que, agora, as empresas aguardam os novos desdobramentos. "Seria um dos maiores leilões do mundo e tenho certeza de que, quando vier a acontecer, será um sucesso", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

CPFL Renováveis na CVM

O acionista controlador indireto da CPFL Energias Renováveis, a State Grid Brazil Power, protocolou na CVM nova versão do edital e do preço da Oferta Pública de Aquisição (OPA) de ações. Conforme divulgado pela CPFL em 28 de agosto, a nova demonstração justificada de preço indica R\$ 14,60 por papel. "A área técnica da CVM ainda analisará tais documentos no âmbito do processo de registro da OPA, ainda em curso", informou a empresa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: CCEE aponta déficit para mercado livre

O espaço para novos consumidores especiais (em geral comércios e indústrias de menor porte) no mercado livre de energia no ano que vem vai depender da transferência de sobras de contratos de energia incentivada, gerada por fontes renováveis como eólica e solar, das distribuidoras.

Levantamento feito pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e obtido com exclusividade pelo **Valor** mostra que o mercado livre pode ter um déficit de 539 megawatts (MW) médios de lastro de energia incentivada em 2019. O cenário, porém, deve mudar até o início do ano que vem, com a transferência de parte da sobrecontratação das distribuidoras de energia para o mercado livre.

"O que fazemos é uma fotografia da projeção atual para o ano que vem. Mas há a expectativa de que as sobras das distribuidoras cresçam em 2019, o que faz com que não acreditemos que haverá déficit de energia incentivada no ano que vem", disse Roberto Castro, conselheiro da CCEE.

O dado é importante pois, além de ser um indicador do comportamento dos preços de energia no próximo ano, influencia a preparação de comercializadores, geradores e consumidores de energia para esse cenário.

A disposição de lastro de energia incentivada é fundamental para a expansão do mercado livre. A maior parte dos potenciais grandes consumidores de energia já migrou para este ambiente de contratação, no qual pode-se escolher de quem comprar a energia. O espaço disponível para crescimento, neste momento, é dos chamados consumidores especiais, que têm cargas entre 0,5 MW e 3 MW. Nesse caso, há a obrigação de que a energia adquirida seja "incentivada", isto é, aquela gerada por fontes como eólica, solar e biomassa.

Os contratos de energia incentivada, em geral, têm um prêmio em relação à convencional, uma vez que garante aos consumidores descontos na tarifa de transmissão e uso da rede (Tusd).

Segundo o levantamento da CCEE, há uma sobra média de 942 MW médios para este ano, vinda, principalmente, da liberação de energia pelo Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits (MCSD) de Energia Nova.

O mecanismo funciona como um leilão que centraliza a negociação entre distribuidoras e geradoras que querem desfazer contratos de compra e venda de energia temporariamente. Segundo o levantamento, 1.132 MW médios

foram liberados neste ano como resultado do instrumento na rodada com validade de um ano. Essa energia voltará ao portfólio das distribuidoras ano que vem.

A partir de 2019, o cenário deve mudar. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou em julho as regras para vendas de excedentes de energia pelas distribuidoras, que deverão acontecer, a partir do ano que vem, por meio do Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE). Com isso, o MSCD não vai mais poder liberar contratos de energia nova para o mercado livre.

As distribuidoras poderão ceder a energia por meio do MVE, mas não serão mais contratos de energia incentivada. Segundo Castro, a CCEE discute com a Aneel a possibilidade de manter esses contratos como "energia convencional especial", o que garante o lastro necessário para a migração dos consumidores especiais. "É uma energia de fonte alternativa, mas não considerada incentivada do ponto de vista de desconto na transmissão", explicou o conselheiro da CCEE.

A energia incentivada em geral é negociada com um prêmio em relação à convencional, justamente por causa do desconto. Para Castro, a tendência é que essa nova energia convencional especial tenha o preço menor, se ajustando à ausência do subsídio.

O movimento de migração de consumidores especiais do mercado cativo para o livre, que teve seu auge em 2016, não deve sofrer muito com a mudança, uma vez que a desaceleração é uma realidade. "A migração já teve queda acentuada. Em 2018, a redução até agora é de 35% ante 2017, movimento que consideramos normal", disse Castro.

No ano que vem, o mercado livre pode contar com lastro de incentivada adicional devido à outra mudança na regulação: os consumidores com carga superior a 3 MW e de tensão inferior a 69 kV poderão optar pela compra de energia convencional. Segundo a CCEE, 460 consumidores, com consumo contratado de 952 MW médios, se enquadram no cenário.

"É um potencial grande. No nosso entendimento, essa base contratual já está sendo preparada para, em janeiro, fazer o registro dos novos contratos como consumidor livre convencional. Entendemos que as negociações com as comercializadoras já estão acontecendo", disse Castro, completando que apenas essa energia já seria suficiente para cobrir o déficit de lastro de incentivada projetado para 2019.

Se no curto prazo a expansão da oferta de energia incentivada depende das sobras das distribuidoras - que só acontecem devido à desaceleração da

economia -, no futuro, os novos projetos de geração voltados para o mercado livre devem garantir o crescimento deste segmento.

Como resposta à falta de leilões voltados para renováveis nos últimos anos, devido à baixa demanda das distribuidoras, os empreendedores passaram a apostar em um mix de contratos regulados e livres. No leilão de geração do fim de agosto, por exemplo, apenas uma fatia da garantia física ofertada foi contratada. O restante deverá ter como destino os consumidores livres, com os quais é possível obter preços maiores, pela duração menor.

"O movimento de energia entrando para atendimento do mercado livre é uma notícia muito positiva. Queremos que o mercado de energia seja o mais livre possível, e esperamos um aumento da oferta das fontes incentivadas, para gerar um círculo virtuoso com expansão sustentada", disse Castro. Segundo ele, esses novos contratos devem passar a ter efeito no mercado a partir do fim de 2019 e começo de 2020.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Malaia Petronas mira rentabilidade em lubrificantes com nova unidade em MG

Com expectativa de crescimento da economia brasileira e do mercado doméstico de lubrificantes no próximo ano, a petroleira malaia Petronas, quarta maior empresa nesse segmento no país, vai priorizar o aumento da rentabilidade, a partir de produtos e serviços diferenciados, em relação ao aumento de fatia de mercado. Com essa estratégia, a companhia inaugurou ontem um centro de pesquisa e tecnologia em lubrificantes, na fábrica da empresa, em Contagem, na região metropolitana de Belo Horizonte (MG), com investimentos de US\$ 8 milhões (o equivalente a cerca de R\$ 33 milhões, no câmbio atual)

"Em termos de cenário para o Brasil, temos muita esperança com a nova eleição [presidencial]. Vemos o Brasil em uma posição melhor, mais positiva, de ambiente de negócios no futuro", disse ao **Valor** Giuseppe D'Arrigo, presidente mundial da Petronas Lubrificants International (PLI), braço da petrolífera para o segmento, que esteve no país para a inauguração da unidade. Segundo ele, a empresa prevê aumento de 3% dos negócios em 2019, a depender do PIB do Brasil.

"Este novo investimento não significa que nós queremos crescer muito mais ou crescer sem a rentabilidade apropriada. Hoje, os líderes [no mercado de lubrificantes] são petroleiras e grandes companhias que estão aqui por um longo tempo, eles têm diferentes propósitos do que nós. Nossa ideia é ofertar produtos e serviços de alta qualidade para o mercado e ter um negócio rentável. Este é o principal alvo", completou o executivo.

Com a nova unidade, a companhia vai investir no desenvolvimento de tecnologias em fluidos para atender os setores automotivo e industrial na América Latina. A partir da fábrica em Contagem, com capacidade de produção de 220 milhões de litros por ano, a Petronas exporta produtos para 15 países da região.

A Petronas é a quarta maior empresa de lubrificantes do país. Segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a empresa malaia fechou o primeiro semestre com uma participação de mercado de 9%, a maior fatia de uma empresa estrangeira, atrás apenas da BR Distribuidora (20,5%), Moove (Cosan, com 15%) e Ipiranga (13%).

Em 2017, as vendas de óleo lubrificante acabado no Brasil cresceram 2,6%, superior ao PIB (1%), portanto, interrompendo dois anos seguidos de queda, segundo a Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniência (Plural). Enquanto o consumo de lubrificantes automotivos recuou, os mercados industrial e de graxas avançaram.

A malaia, uma das maiores petroleiras do mundo, vem mapeando oportunidades de negócios no Brasil há alguns anos. Em 2013, a companhia chegou a fechar um acordo com a OGX para comprar 40% do campo de Tubarão Martelo (Bacia de Campos), mas desistiu depois que a antiga petroleira de Eike Batista entrou em recuperação judicial.

Nos últimos dois anos, a Petronas se inscreveu nos leilões de áreas exploratórias da ANP, mas não chegou a apresentar ofertas. Este ano, contudo, a empresa adquiriu seis ativos de exploração no México. De acordo com a companhia, a equipe de exploração e produção do grupo continua analisando oportunidades de investimento no Brasil. D'Arrigo descartou a possibilidade de investimentos em refino no país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Maior parte dos candidatos à Presidência ignora RenovaBio

Política criada em 2017 para ampliar a participação dos combustíveis renováveis na matriz de transportes e ajudar o Brasil a atingir compromissos assumidos no Acordo de Paris, o RenovaBio é mencionado em apenas dois programas de governo dos presidenciáveis melhor colocados nas pesquisas de intenção de voto: Marina Silva (Rede) e Álvaro Dias (Podemos).

No programa de Marina Silva, o RenovaBio é mencionado de forma direta, como uma política capaz de gerar empregos. "Projeções do **Ministério de Minas e Energia** apontam que a implementação do RenovaBio, compromisso que assumimos desde já, deverá criar 1,4 milhão de empregos nesse período [até 2030]", diz o documento da candidata.

O texto ressalta que cerca de 1,7 milhão de trabalhadores foram empregados no ano passado (direta ou indiretamente) na geração de energias renováveis, dos quais 795 mil estavam empregados na área de biocombustíveis. Em seu programa, a candidata defende que "uma política ativa de incentivos à adoção das energias renováveis poderá gerar cerca 3,9 milhões de empregos diretos e indiretos até 2030".

O programa de Marina, que também é o que apresenta o maior número de propostas para o setor rural, defende "o alinhamento das políticas públicas, em especial as políticas econômicas, fiscal, industrial, energética, agrícola, pecuária, florestal, da gestão de resíduos e de infraestrutura, aos objetivos gerais do Acordo de Paris, de forma a cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil por meio de sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC)".

As metas assumidas pelo governo brasileiro em 2015 no Acordo de Paris são de reduzir em 37% as emissões até 2025, tendo como base as emissões de 2005, e uma possível queda de 43% até 2030. Em seu programa, Marina defende que as políticas "devem estar voltadas a uma estratégia de longo prazo de descarbonização da economia com emissão líquida zero de gases de efeito estufa até 2050".

O programa de governo de Álvaro Dias também menciona textualmente o RenovaBio, mas apenas como um tópico em uma lista de propostas para o ambiente: "Cumprimento do plano RenovaBio (créditos para descarbonização)".

Um candidato que não cita explicitamente o RenovaBio em seu programa, mas que defende diretrizes próximas a essa política, é Ciro Gomes (PDT), cuja vice é a senadora ruralista Kátia Abreu. No capítulo de proposta para "desenvolvimento e meio ambiente" do programa de governo do candidato, um tópico menciona a "operacionalização de ações para implementar as metas

climáticas, de redução da emissão dos gases de estufa, até 2020 (definidas pelo Acordo de Paris)".

Em uma das propostas listadas nesse tópico, Ciro defende o "desenho de modelo de precificação da poluição (isto é, definição de formas de taxação para quem polui ou aprimoramento do mercado de certificados de emissão de carbono), com a criação de mecanismos de compensação financeira para atividades impactantes, a exemplo do que é feito com os certificados de emissão de carbono". O RenovaBio, que ainda está em fase de regulamentação e deverá começar a vigorar em 2020, cria um mercado de certificados de emissões de carbono - os CBios - a partir da produção de biocombustíveis.

Ainda nesse tópico, o programa de Ciro defende o "desenvolvimento de sistema com informações sobre a emissão de carbono no país, por emissor". Os biocombustíveis são mencionados explicitamente no documento como exemplo de energia renovável a ser estimulada "através de políticas públicas", ao lado dos exemplos da biomassa e das energias hidráulica, solar e eólica.

No programa de Lula/Fernando Haddad (PT), não há menção ao RenovaBio nem a defesa de uma política de precificação de carbono. Mas a palavra "biocombustíveis" aparece quatro vezes no documento, associada à defesa de investimentos na área (duas vezes), à atuação da Petrobras no setor (uma vez) e à defesa de aumento da frota movida a "etanol, biodiesel, biocombustíveis e híbridos". O documento petista também menciona o Acordo de Paris, afirmando que "as respostas brasileiras ao Acordo de Paris se tornarão referências para outros países em desenvolvimento".

Já o programa de Geraldo Alckmin (PSDB) - candidato que tem forte apoio de usineiros paulistas e também tem como vice uma ruralista, a senadora Ana Amélia (PP) -, não faz nenhuma referência ao RenovaBio e também não menciona qualquer proposta para os biocombustíveis. A única referência ao termo "energias renováveis" aparece em um tópico de propostas de políticas voltadas para as regiões Norte e Nordeste.

Em um outro tópico, o documento do tucano afirma que o governo "perseguirá com afinco o cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris". Porém, também não detalha propostas sobre como pretende alcançá-las.

A menção à "energia renovável" também aparece no programa de Jair Bolsonaro (PSL), mas vinculada apenas ao Nordeste e exemplificada apenas como solar e eólica, no seguinte trecho: "o Nordeste tem grande potencial de desenvolver fontes de energia renovável, solar e eólica".

O programa de Guilherme Boulos (Psol), por sua vez, defende "uma transição para energias renováveis de baixo carbono (como a eólica e a solar)" e a inclusão das energias renováveis no campo de atuação da Petrobras e de um programa de obras públicas.

O programa de Henrique Meirelles (PMDB) afirma que seu governo "seguirá com os objetivos do Acordo de Paris, elevando a participação de bioenergia sustentável na sua matriz energética, incentivando o reflorestamento e estimulando o investimento em energias renováveis", enquanto o programa de João Amoêdo (Novo), finalmente, apresenta uma linha em que defende a "ampliação da energia renovável na matriz energética".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Agronegócios

Autor: Fernanda Pressinott

Título: Vendas recorde de etanol

A moagem de cana no Centro-Sul do país alcançou 43,3 milhões de toneladas na segunda metade de agosto, 10,8% mais que no mesmo período de 2017, conforme divulgou a Unica. Desde o início da safra 2018/19, em abril, houve aumento de 2,3% no processamento, para 391,8 milhões de toneladas. Com a seca em regiões produtoras a partir de julho, a produtividade média das lavouras caiu. "A quebra vai se intensificar nas próximas quinzenas, na medida em que a colheita avançar para áreas mais afetadas pela estiagem e com lavouras mais velhas e, portanto, com produtividade naturalmente menor", afirma Antonio de Padua Rodrigues, diretor técnico da Unica, em nota. Nesse contexto, a entidade aposta que as usinas encerrarão os trabalhos nesta safra 2018/19 mais cedo. Em levantamento preliminar, a entidade apontou que 20% das usinas vão parar a produção de um a três meses antes. Mas as usinas têm ao menos um motivo para comemoração: as vendas de etanol hidratado das unidades do Centro-Sul bateram recorde na segunda quinzena de agosto. O volume alcançou 1,05 bilhão de litros. No mês, foram quase 2 bilhões de litros, outro recorde.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 13/09/2018

Seção: Agronegócios**Autor: Cristiano Zaia | De Brasília****Título: Aparente descaso com o programa preocupa setor sucroenergético**

Preocupado com a aparente falta de compromissos da maior parte dos candidatos ao Planalto com o RenovaBio, o segmento sucroenergético vai cobrar do presidente eleito, em outubro, que dê prosseguimento à regulamentação do programa. Algumas usinas temem que o tema caia no esquecimento ou seja ignorado pelo próximo governo.

A presidente da União da Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica), Elizabeth Farina, lembra que, apesar de o RenovaBio constar de uma lei sancionada pelo presidente Michel Temer e o atual governo já ter editado normas regulamentando as metas de redução das emissões de gases estufa, ainda falta definir a distribuição dessas metas por distribuidora. "A gente não quer confiar na sorte, até mesmo porque a agenda dos candidatos pode ser mais ou menos convergente com o programa. Então vamos cobrar que o próximo presidente torne o RenovaBio uma política de Estado", disse Farina ao **Valor**.

Duas semanas atrás, em sabatina com os principais candidatos à Presidência promovida pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), na capital federal, apenas Marina Silva (Rede) mencionou o RenovaBio em seu discurso (ver). Os outros três presidenciáveis que compareceram ao evento -- Álvaro Dias (Podemos), Geraldo Alckmin (PSDB) e Henrique Meirelles (MDB) -- não fizeram menção ao programa ou a políticas voltadas para os biocombustíveis.

MME / ASCOM .